



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

1ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0005241-87.2009.8.17.0810 (0329014-2)

Agravante: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A

Agravado: KARNE E KEIJO LOGISTICA INTEGRADA LTDA

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROUBO DE CARGA. FORÇA MAIOR. FORTUITO EXTERNO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO CONCRETO. EXIGÊNCIA DE CADASTRAR O MOTORISTA DO CAMINHÃO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DA SEGURADORA. MERA IRREGULARIDADE. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL À UNANIMIDADE.

1. O roubo de carga constitui força maior e exclui a responsabilidade da transportadora perante a seguradora do proprietário da mercadoria transportada. Fato de terceiro, fortuito externo ao contrato de transporte.

2. A relação travada entre as partes, transportadora e seguradora, é nitidamente de consumo, de acordo com o que dispõe o art. 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor. Não se desincumbiu a empresa seguradora de comprovar que deu ciência à transportadora acerca do que dispõe a cláusula 6ª, item 6.3.1 da Circular nº 27/85 da SUSEP, que prevê a obrigação do segurado cadastrar as pessoas diretamente envolvidas no transporte à seguradora e, de acordo com o magistrado de piso, desrespeitando frontalmente o direito à informação previsto no art. 6º, III, do CDC.

3. Mesmo admitindo que a segurada tivesse pleno conhecimento da exigência de cadastrar o motorista do caminhão no sistema de gerenciamento de risco da seguradora, o descumprimento de tal obrigação, caracterizar-se-ia como mera irregularidade que jamais poderia justificar a negativa da cobertura securitária.

4. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo Regimental.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Regimental nº 0005241-87.2009.8.17.0810 (0329014-2), em que figura como agravante TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A e como agravado KARNE E KEIJO LOGISTICA INTEGRADA LTDA, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 13 de junho de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo Regimental, nos termos do voto do relator.

Recife, 13 de junho de 2014 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0005241-87.2009.8.17.0810 (0329014-2)

Agravante: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A

Agravado: KARNE E KEIJO LOGISTICA INTEGRADA LTDA

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de Agravo Regimental interposto por **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A** em face de decisão terminativa de minha lavra que negou seguimento ao apelo anterior por revelar-se manifestamente improcedente e em confronto de tribunal superior.

Na origem, o douto Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, nos autos da Ação de Indenização, julgou procedente o pleito autoral, determinando a extinção do feito com resolução do mérito para condenar apenas a 2ª demandada/apelante, a pagar ao autor o prêmio do seguro a que faz jus, nos limites estipulados na apólice.

A matéria de fundo trata de roubo de carga, em que o magistrado de piso afastou a responsabilidade da 1ª ré, Fontanella Logística e transportes Ltda, em razão de o roubo em si excluir qualquer responsabilidade da empresa transportadora, por configurar caso fortuito decorrente de fato de terceiro (precedentes do STJ).

A Seguradora Apelante, então, apresenta irresignação alegando ser incontroversa a existência de contrato de seguro por desaparecimento de carga pactuado com a empresa apelada. Todavia, assevera que a segurada não observou o previsto na Circular SUSEP nº 27/85, cláusula 6.1.3., que impõe a obrigação do segurado cadastrar as pessoas diretamente envolvidas no transporte de mercadorias, pois não cadastrou o motorista do caminhão no sistema de gerenciamento de risco da seguradora.

Sustenta a empresa apelante ser equivocado o entendimento do Magistrado *a quo*, pois, ao considerar que a supracitada cláusula representa uma afronta ao consumidor, esquece que a mesma visa proteger o próprio consumidor e, principalmente, a carga transportada/segurada. Arremata, aduzindo que, por outro lado, o não cumprimento da referida cláusula acarreta a quebra do princípio da boa-fé inerente aos contratos em geral, sendo certo que outra não pode ser a penalidade do contratante descumpridor que não seja a negativa da contraprestação pela outra parte.

Face às razões expostas, torna-se imperioso negar a cobertura securitária pugnada uma vez que o motorista do caminhão no qual ocorreu o sinistro não se encontrava cadastrado no sistema da seguradora antes do início da viagem.

Por fim, requer seja observada cláusula contratual que prevê a participação do segurado no pagamento das indenizações previstas nas condições gerais da apólice do seguro RCF-DF (fls. 167/172). Neste sentido, deve o segurado arcar com uma parte do valor da indenização, equivalente à franquia que é cobrada, cláusula 14.1, correspondendo ao percentual de 15% sobre o valor que Cia. Seguradora tiver de indenizar o terceiro.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Em decisão monocrática, fls.322/325, como dito acima, neguei seguimento ao recurso de apelação por entender que a Seguradora não tem razão em seus argumentos.

É o relatório. Passo a votar.

Adianto não ver qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada. Nesse sentido mantenho a fundamentação do *decisum* exarado por esta Relatoria no julgamento do recurso interposto, senão vejamos:

De logo, reitero entendimento esposado na decisão combatida, no sentido de que roubos de carga não podem ser compreendidos como risco interno da atividade da transportadora. Na verdade, são acontecimentos externos, inevitáveis e imprevisíveis, os quais não se ligam à atividade da empresa por nenhum laço de conexidade, configurando, portanto, força maior, causa excludente da responsabilidade objetiva da transportadora, inclusive já excluída da lide pelo magistrado *a quo*.

Neste sentido já se manifestou o STJ, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTADORA. ROUBO. FORTUITO EXTERNO.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, não responde a transportadora por roubo da carga a ser transportada. Fato de terceiro, fortuito externo ao contrato de transporte.

2. Hipótese em que o acórdão recorrido reconhece que a empresa transportadora mantinha segurança adequada em seu depósito, com muros altos e monitoramento adequado via rádio e segurança, não tendo tido parcela de culpa alguma no roubo da mercadoria a ser transportada mediante assalto a mão armada cometido por grande número de homens, com moderno armamento e ameaça de morte aos funcionários da transportadora.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 748.322/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 18/12/2012);

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROUBO DE CARGA. FORÇA MAIOR. AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA PELA SEGURADORA.

1. O roubo de carga constitui força maior e exclui a responsabilidade da transportadora perante a seguradora do proprietário da mercadoria transportada.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1234973/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 12/05/2011).

Pois bem.

A Seguradora Apelante, então, apresenta irresignação alegando ser incontroversa a existência de contrato de seguro por desaparecimento de carga pactuado com a empresa apelada. Todavia, assevera que a seguradora não observou o previsto na Circular SUSEP nº 27/85, cláusula 6.1.3., que impõe a obrigação do segurado cadastrar



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

as pessoas diretamente envolvidas no transporte de mercadorias, pois não cadastrou o motorista do caminhão no sistema de gerenciamento de risco da seguradora.

Não vejo como tal fato afastar a responsabilidade da seguradora.

Ressalte-se que a relação travada entre as partes, transportadora e seguradora, é nitidamente de consumo, de acordo com o que dispõe o art. 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor:

Art.3º. [...].

§2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária [...].

Com efeito, não se desincumbiu a empresa seguradora de comprovar que deu ciência à transportadora acerca do que dispõe a cláusula 6ª, item 6.3.1 da Circular nº 27/85 da SUSEP, que prevê a obrigação do segurado cadastrar as pessoas diretamente envolvidas no transporte à seguradora e, de acordo com o magistrado de piso, desrespeitando frontalmente o direito à informação previsto no art. 6º, III, do CDC.

Segundo o apelante, o não cumprimento da referida cláusula acarretaria a quebra do princípio da boa-fé inerente aos contratos em geral, sendo certo que outra não poderia ser a penalidade do contratante descumpridor que não fosse a negativa da contraprestação pela outra parte.

Não entendo dessa forma, posto que a tentativa de imputar o gravame à transportadora ou, por consequência, ao proprietário da carga, seria pesado demais para ser suportado por quem, efetivamente, não têm responsabilidade.

Evitando-se tautologia inútil, transcrevo o pensamento do magistrado de 1º grau, o qual coaduna com meu entendimento:

Salvo melhor juízo, entendo que a 2ª demandada, não observou nas tratativas contratuais, o Princípio da Boa-fé Objetiva e da Probidade, que deverão nortear a conduta dos contratantes, especialmente por se tratar de contrato de adesão, onde não há possibilidade de discutir ou alterar previamente o conteúdo do contrato, cabendo ao contratante-aderente manifestar seu consentimento pela simples adesão.

Apenas para ilustrar, confira-se o disposto no art. 765 do Código Civil: "O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes."

No caso em tela, penso que houve quebra do princípio da boa-fé objetiva e da proibidade pela 2ª demandada, porquanto omitiu o conteúdo da mencionada exigência que, por outro lado, não poderá ser causa determinante para o não pagamento da indenização pretendida. Mesmo admitindo que a seguradora tivesse pleno conhecimento da exigência de cadastrar o motorista do caminhão no sistema de gerenciamento de risco da seguradora, o descumprimento de tal obrigação, caracterizar-se-ia como mera irregularidade que jamais poderia justificar a negativa da cobertura securitária.

Assim, entendo como legítimo o pedido indenizatório, relativamente aos danos emergentes e lucros cessantes experimentados pela Autora, cuja



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

responsabilidade é da 2ª demandada, limitada ao valor constante na apólice securitária.

Ressalto, ainda, a parte final do entendimento transcrito, pois ***mesmo admitindo que a segurada tivesse pleno conhecimento da exigência de cadastrar o motorista do caminhão no sistema de gerenciamento de risco da seguradora, o descumprimento de tal obrigação, caracterizar-se-ia como mera irregularidade que jamais poderia justificar a negativa da cobertura securitária.***

Por fim, requer o apelante seja observada cláusula contratual que prevê a participação do segurado no pagamento das indenizações previstas nas condições gerais da apólice do seguro RCF-DF (fls. 167/172). Neste sentido, deve o segurado arcar com uma parte do valor da indenização, equivalente à franquia que é cobrada, cláusula 14.1, correspondendo ao percentual de 15% sobre o valor que Cia. Seguradora tiver de indenizar o terceiro.

Não é diferente do que foi decidido, posto que o magistrado asseverou na decisão combatida que o prêmio do seguro a que faz jus o autor ***não ultrapassará os limites estipulados na apólice pactuada entre as partes.*** O que significa dizer, de forma implícita, que o segurado arcará com parte do valor da indenização.

Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão terminativa guerreada tomada por esta Relatoria. Sendo assim, meu voto é pelo improvimento do presente recurso de agravo regimental, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator